



O CAMINHO DAS ROSAS: migração como estratégia de sobrevivência e empoderamento feminino no Brasil

Ana Karlany Sena Sasaki¹

Claudina Dias Silvestre²

Resumo

O artigo analisa a migração feminina no Brasil como um fenômeno social atravessado por desigualdades estruturais, mas também como uma dinâmica capaz de produzir reorganizações subjetivas e materiais na vida das mulheres. Com base em revisão teórica e documental, a pesquisa discute como mulheres migrantes enfrentam processos de exclusão social, desigualdades de gênero e invisibilidade política, ao mesmo tempo em que constroem redes de solidariedade e estratégias de resistência. Ao mobilizar um olhar sensível às experiências migratórias femininas, o estudo busca contribuir para a reflexão crítica acerca das políticas de acolhimento, das estruturas de exclusão e dos desafios relacionados à efetivação de direitos. Desse modo, pretende oferecer subsídios teóricos para a compreensão das múltiplas desigualdades que atravessam a experiência da migração de mulheres no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Migração Feminina; interseccionalidade; desigualdade; resistência.

THE PATH OF ROSES: migration as a survival strategy and female empowerment in Brazil

Abstract

The article analyzes female migration in Brazil as a social phenomenon intersected by structural inequalities, but also as a dynamic capable of producing subjective and material reorganizations in women's lives. Based on theoretical and documentary review, the research discusses how these women face migration, gender inequality, and political invisibility, while also building solidarity networks and resistance strategies. By adopting a perspective sensitive to female migratory experiences, the study seeks to contribute to critical reflection on reception policies, exclusion structures, and the challenges posed to the realization of rights, offering theoretical foundations for addressing the inequalities that intersect women's migration in Brazil.

Keywords: Female migration; intersectionality; inequality; resistance.

Artigo recebido em: 31/10/2025 Aprovado em: 21/05/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e27396>

¹ Doutoranda em Sociologia UFPR. Mestre Interdisciplinar em Estudos Latino-Americano e Licenciada em Geografia. E-mail: karlanysds@gmail.com.

² Advogada e Bacharel em Administração, especializada em Direito Penal e Direito Público. Atualmente, mestranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com bolsa CAPES (2024). E-mail: advclaudias@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O movimento migratório tem marcado historicamente a trajetória de inúmeros grupos sociais que, de uma forma forçada ou voluntária, atravessam fronteiras em busca de melhores condições de vida, proteção, liberdade ou sobrevivência. No entanto, quando observado sob a perspectiva de gênero, o fenômeno migratório revela dinâmicas mais complexas, atravessadas por desigualdades estruturais que expõem mulheres migrantes a múltiplas vulnerabilidades. Embora sua presença seja central em diversos contextos migratórios, tanto nos fluxos internos quanto internacionais, as narrativas femininas permanecem, em grande medida, invisibilizadas nas produções acadêmicas e nas políticas públicas.

Este artigo propõe uma análise crítica sobre a migração feminina no Brasil, compreendendo-a como uma estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, como um processo potencial de empoderamento. O título “O Caminho das Rosas” não se refere a uma trajetória marcada pela delicadeza ou pela suavidade, mas à resistência que floresce em meio às adversidades: espinhos que ferem, sim, mas que não impedem a emergência de novos sentidos de existência. Nesse caminho, mulheres migrantes constroem redes de apoio, ressignificam suas identidades e reconfiguram práticas de cuidado, trabalho e pertencimento.

A migração feminina, sobretudo nos contextos de desigualdade social e econômica, é frequentemente motivada por fatores como pobreza extrema, violência doméstica, perseguições políticas, crises humanitárias e desastres ambientais. Muitas vezes, essas mulheres assumem sozinhas a responsabilidade pelo sustento familiar, tornando-se provedoras e gestoras da vida cotidiana em novos territórios. Nesse processo, enfrentam um duplo desafio: lidar com a precarização das condições de vida e trabalho e, simultaneamente, reconstruir suas trajetórias pessoais em ambientes marcados por xenofobia, racismo e machismo institucional.

Além disso, o cenário brasileiro, nos últimos anos, segundo o Relatório Anual de 2022 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), vinculado à Universidade de Brasília (UnB), observou-se o processo de feminização das migrações e o aumento contínuo da chegada de crianças e adolescentes imigrantes, muitos dos quais solicitantes da condição de refugiado no país. Embora identificado pela primeira vez em 2015, esse fenômeno ganhou impulso significativo a partir de 2021, especialmente com a chegada de mulheres migrantes provenientes do Haiti, Venezuela, países africanos e do Oriente Médio.

Essas trajetórias, embora distintas, compartilham pontos de convergência: o enfrentamento à violência, a busca por dignidade e a construção de novos projetos de vida. Ao mesmo tempo, revelam os limites do sistema de acolhimento brasileiro que, apesar de iniciativas institucionais e civis, ainda apresenta lacunas significativas no atendimento às demandas específicas dessas mulheres. De acordo

com o informativo mensal de janeiro de 2023, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA), a emissão de vistos pelos consulados brasileiros apresentou crescimento contínuo desde janeiro de 2021, passando de 3,8 mil para 9,2 mil vistos emitidos em janeiro de 2023.

Apesar de sua relevância empírica, a experiência dessas mulheres ainda é frequentemente marginalizada nas análises sobre migração, que, em muitos casos, reproduzem uma perspectiva androcêntrica¹. A ausência de uma abordagem interseccional, capaz de considerar os cruzamentos entre gênero, raça, classe e nacionalidade, contribui para a manutenção de estereótipos e para a formulação de políticas públicas pouco sensíveis às especificidades dessas mulheres.

Dessa forma, o objetivo geral do presente artigo é analisar como a migração se apresenta como estratégia de sobrevivência e um potencial instrumento de empoderamento para mulheres em contextos de vulnerabilidade social no Brasil. Como objetivos específicos, busca-se: (1) compreender os fatores estruturais que impulsionam a migração feminina no país; (2) identificar os principais desafios enfrentados por mulheres migrantes no processo de deslocamento e inserção social; e (3) analisar experiências concretas de resistência, autonomia e reorganização da vida por meio da migração. Portanto, é nessa lacuna que se insere este trabalho, que busca contribuir para a construção de um olhar mais sensível e plural sobre os caminhos percorridos por mulheres migrantes no Brasil contemporâneo.

1.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa que fundamenta este artigo possui natureza qualitativa, com ênfase em análise bibliográfica e documental. O estudo adota uma perspectiva interseccional e crítica, articulando contribuições teóricas feministas, dados empíricos e relatórios institucionais acerca da migração feminina no Brasil. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas da sociologia, dos estudos de gênero e dos estudos migratórios, além de documentos produzidos por organismos como: Organização das Nações Unidas (ONU); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM), dentre outras. Também foram analisados relatos e estudos de caso documentados por organizações da sociedade civil que atuam com mulheres migrantes em regiões como Roraima, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O recorte temporal compreende o período entre 2010 e 2024, com especial atenção à intensificação dos fluxos migratórios femininos decorrentes da crise haitiana de 2010, da instabilidade política e econômica venezuelana a partir de 2015 e do agravamento das desigualdades sociais durante e após a pandemia de COVID-19. Para a interpretação dos dados, utilizaram-se os princípios da análise

de conteúdo propostos por Bardin (2016), em diálogo com a abordagem hermenêutica de Minayo (1996), valorizando os contextos e os sentidos atribuídos às experiências sociais.

A estrutura deste artigo organiza-se da seguinte forma: na primeira seção, apresentam-se os principais referenciais teóricos e conceituais que fundamentam a análise, com ênfase nos estudos de gênero, interseccionalidade e migração. Em seguida, discute-se a migração feminina no Brasil, explorando os desafios enfrentados e os espaços de resistência e empoderamento. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os principais achados da pesquisa e propõem-se caminhos para a construção de políticas públicas e abordagens teóricas mais sensíveis às experiências das mulheres migrantes.

2 MIGRAÇÃO FEMININA NO BRASIL, DESTINO E MOTIVAÇÕES

A migração constitui um fenômeno histórico e social inerente às dinâmicas humanas, contudo, os estudos migratórios foram, durante muito tempo, desenvolvidos sob uma perspectiva predominantemente masculina, o que contribuiu para a invisibilização das experiências femininas nos fluxos migratórios. A migração feminina, entretanto, não pode ser compreendida como mera extensão da migração masculina, pois possui dinâmicas próprias, motivações específicas e impactos sociais particulares que demandam análise crítica e aprofundada. Compreender as trajetórias das mulheres migrantes é fundamental para a construção de uma leitura mais ampla e sensível das mobilidades humanas, bem como para a formulação de políticas públicas comprometidas com as questões de gênero.

Historicamente, a participação das mulheres nos movimentos migratórios foi frequentemente invisibilizada ou interpretada como um acompanhamento dos homens – esposas, filhas ou outras dependentes seguindo os chefes de família em busca de melhores oportunidades. No entanto, estudos recentes têm demonstrado que as mulheres sempre estiveram presentes nos fluxos migratórios, atuando como agentes ativas e tomando decisões próprias, ainda que muitas vezes sob condições de vulnerabilidade e restrições sociais (Pedraza, 1991).

Em diferentes períodos históricos, as motivações para a migração feminina variaram significativamente. No contexto das migrações rurais-urbanas durante a Revolução Industrial, por exemplo, muitas mulheres buscavam oportunidades de trabalho nas fábricas e nos serviços domésticos urbanos, escapando de condições marcadas pela pobreza, pela exploração e pela ausência de autonomia econômica. Conforme observa Federici (2017), a reorganização capitalista do trabalho produziu profundas transformações nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho, afetando diretamente a experiência histórica das mulheres.

Com o passar do tempo e as transformações socioeconômicas globais, as motivações da migração feminina tornaram-se ainda mais diversificadas. A globalização e a crescente demanda por mão de obra em setores específicos, como o de cuidados, serviços domésticos e entretenimento, abriram novas avenidas para a migração de mulheres, muitas vezes transnacional.

Nesses contextos, a busca por melhores salários e condições de trabalho para sustentar suas famílias nos países de origem emerge como uma motivação central (Ehrenreich; Hochschild, 2003). As remessas enviadas pelas migrantes frequentemente representam uma parcela significativa da economia de seus países, evidenciando seu papel crucial como provedoras. Nesse sentido, Patarra e Baeninger (2004, p. 42) afirmam que: “A crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico.”

Além das motivações econômicas, a migração feminina é frequentemente impulsionada por fatores sociais e políticos. A violência de gênero, os conflitos armados, a perseguição política e a discriminação baseada em gênero são realidades que forçam muitas mulheres a buscarem refúgio e segurança em outros países (Castles; Miller; Dehaas, 2014). Nesses casos, a migração não é uma escolha, mas uma necessidade de sobrevivência.

A busca por liberdade, igualdade de direitos e a possibilidade de construir uma vida livre de opressão são motivações poderosas que impulsionam esses fluxos migratórios forçados. A migração feminina também pode ser motivada pela busca por educação e desenvolvimento pessoal. Mulheres jovens, em particular, podem migrar para acessar melhores oportunidades de estudo e formação profissional, visando a ascensão social e a realização de seus projetos de vida.

A possibilidade de romper com papéis de gênero tradicionais e construir uma carreira em um novo contexto cultural também pode ser um fator determinante. É importante ressaltar que as motivações para a migração feminina raramente são isoladas. Frequentemente, uma complexa interação de fatores econômicos, sociais, políticos e pessoais impulsiona a decisão de migrar. Uma mulher pode buscar melhores oportunidades de trabalho para sustentar sua família e, ao mesmo tempo, fugir de um ambiente social onde sofre discriminação de gênero. Compreender essa interconexão de motivações é fundamental para uma análise da migração feminina. Em suma, a migração feminina possui uma longa e complexa história, marcada por uma crescente autonomia e diversificação de motivações.

Entretanto, longe de serem meras acompanhantes, as mulheres atuam como agentes ativas nos fluxos migratórios, buscando melhores condições de vida, segurança, liberdade e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Reconhecer a especificidade da experiência migratória feminina e suas múltiplas motivações é essencial para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, capazes de acolher e integrar plenamente a contribuição das mulheres migrantes.

Nas últimas décadas, o Brasil tem se consolidado como um importante destino migratório na América do Sul, recebendo fluxos significativos de migrantes internacionais, refugiados e solicitantes de asilo. A feminização das migrações, fenômeno identificado globalmente desde os anos 1980, também se manifesta nos fluxos direcionados ao Brasil, com mulheres migrando não apenas como acompanhantes de parceiros masculinos, mas como protagonistas de seus próprios projetos migratórios (Marinucci, 2007).

Historicamente, os fluxos migratórios e os pedidos de refúgio no Brasil eram predominantemente compostos por homens. Contudo, essa realidade vem se transformando progressivamente. Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em 2013 apenas 10,5% dos pedidos de residência eram realizados por mulheres, percentual que alcançou aproximadamente 40% em 2022, chegando a 46% entre mulheres venezuelanas. Além disso, as mulheres representam cerca de 45% do total de imigrantes residentes no Brasil, evidenciando o processo de feminização das migrações e a importância da perspectiva de gênero para compreensão do cenário migratório contemporâneo (OBMIGRA, 2022).

Como destaca Dutra (2013, p. 179), “a análise das migrações femininas para o Brasil requer um olhar atento às especificidades de gênero que moldam tanto as motivações quanto as experiências migratórias, revelando vulnerabilidades particulares, mas também estratégias específicas de agência e resistência”. Além disso, o perfil das mulheres migrantes no Brasil é caracterizado por significativa heterogeneidade, refletindo a diversidade dos fluxos migratórios contemporâneos para o país. De acordo com Oliveira e Cavalcanti (2015), pode-se identificar alguns padrões predominantes:

- a) Mulheres sul-americanas, principalmente bolivianas, paraguaias, peruanas e colombianas, frequentemente inseridas em setores específicos como confecção, serviços domésticos e cuidados;
- b) Mulheres haitianas e venezuelanas, cuja migração se intensificou nos últimos anos em resposta a crises humanitárias;
- c) Mulheres refugiadas, principalmente sírias, congoleesas e angolanas, frequentemente em contextos familiares;
- d) Mulheres altamente qualificadas, principalmente europeias e norte-americanas, inseridas em setores corporativos, acadêmicos e de serviços especializados.

Assis (2007) aponta que a migração feminina para o Brasil frequentemente ocorre através de redes migratórias com forte presença feminina, onde mulheres já estabelecidas no país exercem papel fundamental como facilitadoras de novos fluxos, proporcionando informações, contatos e apoio inicial. Nos últimos anos, observa-se no Brasil o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil voltadas especificamente para mulheres migrantes. Segundo Leão (2020), a nova Lei de Migração

(Lei 13.445/2017) representou um avanço ao incorporar perspectivas de direitos humanos e não-discriminação, embora não contemple explicitamente questões de gênero.

Destacam-se iniciativas como o Projeto "Migrantes, Refugiadas e Brasileiras: Mulheres em Diálogo" da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de São Paulo, que promove espaços de troca e construção de redes de apoio entre mulheres migrantes e brasileiras, e a Casa da Mulher Migrante em São Paulo, que oferece acolhimento específico para mulheres em situação de vulnerabilidade. Jaqueline Bertoldo, coordenadora da Pastoral do Migrante, destaca em entrevista a Marinucci:

É fundamental desenvolver políticas específicas para mulheres migrantes que reconheçam sua autonomia e protagonismo, evitando abordagens paternalistas ou vitimizadoras, mas também reconhecendo vulnerabilidades particulares que demandam proteção específica (Marinucci, 2019, p. 15).

A análise do Brasil, como destino migratório para mulheres, revela um cenário complexo, marcado tanto por vulnerabilidades específicas quanto por expressões significativas de agência e protagonismo feminino. A feminização dos fluxos migratórios para o Brasil reflete tendências globais, mas também apresenta características particulares relacionadas ao contexto brasileiro e sul-americano. Os desafios enfrentados por mulheres migrantes no Brasil - incluindo inserção laboral precarizada, dificuldades no acesso a serviços públicos, vulnerabilidade à violência de gênero e complexidades da maternidade transnacional, demandam políticas públicas específicas e sensíveis a questões de gênero, bem como o fortalecimento de redes de apoio e solidariedade. Como aponta Marinucci:

Compreender o Brasil como destino migratório para mulheres requer reconhecer a diversidade de experiências e trajetórias, evitando generalizações simplistas, mas também identificando padrões estruturais que moldam possibilidades e constrangimentos específicos para mulheres em mobilidade (Marinucci, 2017, p. 92).

O fortalecimento do Brasil como destino migratório acolhedor para mulheres demanda, portanto, não apenas aprimoramentos normativos, mas transformações institucionais e culturais que reconheçam o protagonismo feminino nos processos migratórios e promovam condições dignas para sua integração social, econômica e cultural.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres representam aproximadamente 48% da população migrante internacional, totalizando cerca de 135 milhões de pessoas (UN DESA, 2020). A compreensão das motivações específicas que impulsionam mulheres a deixarem seus países de origem é fundamental para o desenvolvimento de políticas migratórias mais inclusivas e eficientes, bem como para o aprimoramento dos sistemas de proteção e integração destas migrantes nos países de destino. A busca por melhores oportunidades econômicas constitui uma das principais motivações para a migração feminina.

Sassen (2000) argumenta que a globalização e a reestruturação econômica mundial têm criado uma demanda crescente por mão de obra feminina em setores específicos, como trabalho doméstico, cuidados, enfermagem e indústria têxtil, resultando no que a autora denomina de "feminização do trabalho". Estudos conduzidos por Ehrenreich e Hochschild (2003) demonstram como mulheres de países em desenvolvimento frequentemente migram para nações mais desenvolvidas para ocupar posições no setor de cuidados, criando as chamadas "cadeias globais de cuidado".

Este fenômeno resulta na transferência de trabalho reprodutivo de mulheres mais privilegiadas para mulheres migrantes, geralmente oriundas de contextos socioeconômicos mais vulneráveis. Conforme aponta Parreñas (2001, p.78) em seu estudo sobre trabalhadoras domésticas filipinas: "A migração feminina para o trabalho doméstico não apenas reflete desigualdades econômicas globais, mas também reproduz hierarquias de gênero, classe e etnia em escala transnacional."

Muitas mulheres migram como estratégia para superação da pobreza e garantia do sustento familiar. De acordo com Pessar (2005), as remessas enviadas por mulheres migrantes frequentemente constituem uma fonte crucial de renda para famílias em países em desenvolvimento, contribuindo significativamente para a redução da pobreza e melhoria das condições de vida. Estudos realizados pelo Banco Mundial (2020) indicam que as mulheres migrantes tendem a enviar uma proporção maior de seus rendimentos como remessas quando comparadas aos homens, e estas remessas são mais frequentemente direcionadas para necessidades básicas, saúde e educação da família.

A pesquisa de Lopez-Ekra *et al.* (2011) demonstra que a migração feminina frequentemente resulta em uma reconfiguração dos papéis de gênero e em um aumento da autonomia econômica das mulheres, que passam a contribuir significativamente para o orçamento familiar, desafiando estruturas patriarcais tradicionais. A reunificação familiar representa uma motivação significativa para a migração feminina. Segundo Kofman (2004), políticas de reunificação familiar em diversos países têm historicamente facilitado a migração de esposas e filhas para se juntarem a maridos e pais que migraram anteriormente. No entanto, a autora ressalta que estas políticas frequentemente reforçam papéis de gênero tradicionais, ao posicionar mulheres primariamente como dependentes. De acordo com Boyd e Grieco:

Embora a reunificação familiar seja frequentemente vista como uma migração 'secundária' ou 'passiva', as mulheres que migram por este motivo muitas vezes demonstram considerável agência na negociação de sua mobilidade e na transformação de sua posição dentro das estruturas familiares (Boyd; Grieco, 2003, p. 46).

Muitas mulheres migram para escapar de contextos sociais opressivos que limitam sua liberdade e autonomia. Conforme argumenta Mohanty (2003), normas patriarcais, casamentos forçados, violência doméstica e restrições aos direitos reprodutivos constituem importantes fatores de "expulsão"

que motivam mulheres a buscarem sociedades onde possam exercer maior controle sobre suas próprias vidas.

Pesquisa realizada por Jolly e Reeves (2005) indica que a migração frequentemente representa uma oportunidade para mulheres contestarem e renegociarem papéis de gênero tradicionais, adquirindo maior autonomia pessoal e financeira. No entanto, as autoras também alertam que a migração pode, em alguns casos, resultar em novas formas de vulnerabilidade e exploração.

3 GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

A compreensão da migração feminina exige o afastamento de perspectivas essencialistas e universalizantes que reduzem o gênero a uma variável meramente descritiva. Conforme propõe Joan Scott (1995), o gênero deve ser compreendido como uma categoria analítica que permite desnaturalizar a diferença sexual e evidenciar sua inscrição nas relações sociais de poder. Ao afirmar que o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, a autora propõe uma análise que vai além do binarismo homem/mulher e reconhece os mecanismos históricos, políticos e simbólicos responsáveis pela produção e manutenção das desigualdades de gênero em contextos específicos.

Essa perspectiva mostra-se particularmente relevante para a análise dos deslocamentos migratórios protagonizados por mulheres, uma vez que evidencia que a experiência migratória não é neutra, mas atravessada por expectativas sociais, culturais e políticas relacionadas ao gênero, à raça, à classe e à nacionalidade. Nesse contexto, mulheres migrantes frequentemente ocupam posições marcadas pela racialização, pela pobreza, pela maternidade compulsória e pela precarização do trabalho. A migração feminina, nesse sentido, revela tensões permanentes entre dominação e resistência, exclusão e agência.

Ao migrar, muitas mulheres enfrentam a desestabilização de normas patriarcais presentes em suas sociedades de origem, ao mesmo tempo em que se deparam com formas renovadas de controle, exploração e subalternização nos territórios de destino. Nesse sentido, autoras como Helena Hirata (2002) destacam que a análise de gênero permite compreender como as estruturas do Estado-nação, do mercado e da família operam conjuntamente para organizar os fluxos migratórios de forma desigual, reservando às mulheres migrantes espaços precarizados no mercado de trabalho, em especial nos setores de cuidado, serviços e trabalho doméstico. Tais setores, embora centrais para a reprodução social, são sistematicamente desvalorizados, tanto economicamente quanto simbolicamente e frequentemente marcados por relações de exploração racializadas, herdadas de lógicas coloniais.

Nesse contexto, o corpo da mulher migrante torna-se um território político, marcado por fronteiras que não são apenas geográficas, mas também jurídicas, políticas e simbólicas. O acesso à documentação, ao trabalho formal, à moradia digna e aos serviços de saúde revela-se profundamente condicionado por estruturas normativas que hierarquizam sujeitos a partir de critérios de raça, classe, nacionalidade e gênero.

Conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (2002), as experiências sociais das mulheres migrantes são atravessadas pela intersecção entre gênero, raça, classe e nacionalidade, produzindo formas específicas de subordinação que não podem ser compreendidas de maneira fragmentada ou isolada. A perspectiva interseccional permite compreender que as experiências das mulheres migrantes são atravessadas simultaneamente por múltiplos sistemas de dominação, os quais produzem desigualdades específicas e aprofundam processos de invisibilização social e política.

Ao considerar o gênero como uma construção histórica e política, abre-se espaço para compreender como as mulheres migrantes não apenas sofrem os efeitos dessas estruturas, mas também as contestam e ressignificam por meio de suas práticas cotidianas. O ato de migrar pode ser compreendido, portanto, como uma experiência ambígua: “tanto de sobrevivência quanto de subversão” que redefine os contornos do pertencimento, da identidade e da cidadania.

A análise de gênero permite questionar a própria produção do conhecimento sobre migração, frequentemente marcada por perspectivas androcêntricas que marginalizam experiências e saberes femininos. Ao reconhecer as mulheres migrantes como sujeitos produtores de experiências, discursos e práticas políticas, torna-se possível construir interpretações mais comprometidas com a justiça epistêmica e social. Nessa perspectiva, a migração deixa de ser compreendida apenas como deslocamento territorial e passa a ser entendida como um campo de disputas simbólicas, políticas e materiais acerca dos modos de vida possíveis.

Compreender a migração feminina no Brasil requer uma abordagem que ultrapasse a análise isolada do gênero. Nesse contexto, a interseccionalidade, conceito sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002), constitui ferramenta teórica fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão que atravessam a experiência das mulheres migrantes. Essa perspectiva parte do reconhecimento de que sistemas de dominação, como racismo, sexismo, desigualdades de classe e xenofobia não operam de maneira separada, mas se sobrepõem e produzem formas específicas de vulnerabilidade social.

Como observa Akotirene (2019), a interseccionalidade permite compreender que raça, gênero e classe não atuam separadamente, mas integram estruturas simultâneas de dominação que organizam as desigualdades sociais. Nesse sentido, mulheres migrantes experienciam formas

específicas de subalternização que não podem ser analisadas de maneira fragmentada, uma vez que suas trajetórias são atravessadas por múltiplos marcadores sociais.

No contexto brasileiro, esse entrecruzamento revela que mulheres migrantes negras, indígenas, periféricas ou em situação de refúgio enfrentam não apenas as dificuldades estruturais relacionadas à mobilidade forçada, mas também as marcas históricas de desigualdade racial, econômica e da nacionalidade. Frequentemente, essas mulheres são inseridas em atividades informais e precarizadas, especialmente no trabalho doméstico e nos setores de cuidado, além de permanecerem invisibilizadas pelas políticas públicas e expostas à violência institucional, à exploração laboral e ao racismo estrutural. Como aponta Hirata (2002), essas mulheres ocupam posições sociais marcadas pela intensificação das desigualdades, o que torna suas trajetórias profundamente atravessadas pela desproteção e pela sobrecarga.

Ao mesmo tempo, é justamente nas margens dessas estruturas que emergem estratégias de resistência, solidariedade e reorganização da vida cotidiana. A perspectiva interseccional permite compreender que o empoderamento das mulheres migrantes não ocorre de maneira homogênea ou universal, mas como construção plural, situada e atravessada pelas condições concretas de existência. Redes de apoio entre mulheres migrantes, práticas coletivas de cuidado e ações comunitárias demonstram que, mesmo diante das múltiplas opressões, essas mulheres desenvolvem formas de agência capazes de ressignificar relações de poder, pertencimento e identidade.

O artigo *O Caminho das Rosas: Migração como Estratégia de Sobrevivência e Empoderamento Feminino no Brasil* parte, assim, de uma perspectiva interseccional para refletir não apenas sobre as desigualdades estruturais que incidem sobre mulheres migrantes, mas também sobre suas formas de enfrentamento, resistência e reorganização da vida cotidiana.

4 TRAJETÓRIAS DE RESISTÊNCIA, AUTONOMIA E REORGANIZAÇÃO DA VIDA

A literatura contemporânea sobre migração feminina tem problematizado a dupla condição a que estão submetidas essas mulheres: ao mesmo tempo em que ocupam posições precarizadas no mercado de trabalho (especialmente no setor de serviços e cuidado), são também protagonistas de processos de reorganização da vida. Autoras como Saskia Sassen (2006) e Silvia Federici (2017) destacam que o deslocamento de mulheres para os grandes centros urbanos, embora marcado por dificuldades, também produz espaços de resistência, autonomia e reconfiguração do cotidiano.

Em articulação com essas autoras, Bell Hooks (2000) ressalta que o empoderamento não se reduz à inserção econômica, mas exige uma rearticulação das subjetividades e uma luta contra a desumanização imposta por sistemas opressivos. No caso das mulheres migrantes, isso se traduz em

práticas como a criação de redes de apoio, a atuação em coletivos feministas e a resignificação de suas trajetórias pessoais. De acordo com Hirata, duas tendências recentes da evolução do trabalho feminino podem ser apontadas:

(1) a bi-polarização do trabalho assalariado feminino, ao lado de uma maior diversificação de tarefas e funções e de um crescimento da minoria significativa de mulheres pertencentes à categoria estatística "profissões executivas e intelectuais"; (2) o desenvolvimento do setor de serviços e o impacto de novas profissões também polarizadas em termos de relações de gênero, classe e raça/etnia (Hirata, 2002, p.147).

Assim, embora exista uma aparente inclusão das mulheres em diferentes setores do mercado de trabalho, essa inclusão se dá de maneira desigual e hierarquizada, reforçando estruturas de poder baseadas em gênero, classe e raça. Mesmo quando há avanços, como o acesso a profissões intelectuais, esses avanços não são universalizados e coexistem com a precarização e a informalidade que afetam majoritariamente as mulheres em situações de maior vulnerabilidade social. Sendo que as mulheres negras, indígenas e migrantes são desproporcionalmente representadas nas ocupações de menor status, muitas vezes informais ou com altos índices de exploração.

A migração constitui experiência complexa para as mulheres, marcada simultaneamente por expectativas de melhoria de vida e por situações de vulnerabilidade.

No entanto, não podemos ignorar que essas trajetórias são igualmente pontilhadas de "espinhos" desafios que vão desde a discriminação de gênero até a violência, além das dificuldades de adaptação em um novo ambiente que frequentemente não as acolhe.

Nesse sentido, apresentamos experiências de duas mulheres imigrantes, que registraram relatos públicos no portal Agência Brasil (2023), de modo que conseguimos perspectivas sobre vulnerabilidades específicas enfrentadas por mulheres em contextos migratórios. Esta análise examina estes relatos como parte empírica para o artigo mencionado, utilizando os termos migrante A e migrante B para identificação dos discursos.

Discurso da Migrante A: Destaca a intersecção entre gênero e condição migratória como fator de vulnerabilidade:

1. "No geral, ser mulher traz muita insegurança" - Esta afirmação introduz a questão de gênero como um elemento estrutural de insegurança, independente da condição migratória.

2. "Quando eu ainda não sabia falar português e não entendia, e as pessoas faziam 'gracinha', era ruim" - Evidencia como a falta de domínio do idioma local intensifica a experiência de vulnerabilidade e dificulta respostas a situações de assédio.

3. "Eu pegava ônibus sozinha, eu tinha medo, sabia de muitos casos de meninas sendo assediadas" - Aponta para espaços públicos de trânsito como locais de particular vulnerabilidade para mulheres imigrantes.

Discurso da Migrante B: Advogada e refugiada congoleza, ilumina outros aspectos da experiência migratória feminina:

1. "Saí do país fugindo de uma perseguição política" - Ressalta que a migração foi uma decisão involuntária motivada por razões de segurança pessoal.
2. "Naquela época só consegui trazer o bebê de colo [...] Até hoje a minha família é partida" - Evidencia os impactos emocionais e familiares decorrentes de uma partida não planejada e sob condições de emergência.
3. "Não me naturalizei [brasileira], continuo sendo congoleza porque a condição do meu país não permite dupla nacionalidade" - Demonstra como as estruturas legais de nacionalidade podem criar situações complexas para pessoas refugiadas.

Os relatos demonstram como as experiências migratórias femininas são marcadas tanto por questões universais de gênero quanto por particularidades de seus contextos específicos de migração, tornando-se material empírico relevante para análises sobre insegurança, vulnerabilidade e resiliência de mulheres imigrantes. Essa perspectiva alinha-se à contribuição de Bell Hooks (2000), para quem o empoderamento se constrói na rearticulação das subjetividades e no enfrentamento cotidiano à desumanização.

Nesse sentido, cada escolha feita pelas migrantes demonstra que a migração é um processo de construção de redes que representa um passo concreto na reorganização da vida e no exercício da autonomia em contexto adverso. Assis (2007) aponta que as redes migratórias com forte presença feminina funcionam como estruturas de suporte que facilitam a chegada de novas migrantes, reduzindo vulnerabilidades e ampliando possibilidades de integração. Essas redes, invisíveis às estatísticas oficiais, constituem infraestruturas de cuidado e solidariedade construídas pelas próprias mulheres e evidenciam a resistência documentada nos relatos individuais analisados.

Os dois relatos também convergem ao iluminar a dimensão da autonomia como conquista relacional e não apenas individual. Nenhuma das duas mulheres reorganizou sua vida de forma isolada: a Migrante A o fez em interação com redes de apoio femininas; a Migrante B, por meio do exercício de sua profissão e da construção de uma narrativa pública de si. Essa dimensão coletiva e relacional da autonomia é central na perspectiva de Rhacel Salazar Parreñas (2001), que demonstra como as mulheres migrantes constroem formas transnacionais de pertencimento e agência que articulam o local e o global, o doméstico e o político, o individual e o coletivo.

Por fim, as narrativas analisadas reforçam a necessidade de uma escuta atenta às experiências concretas das mulheres migrantes como condição para a produção de políticas públicas mais eficazes. Leão (2020) argumenta que a nova lei de migração brasileira (Lei n. 13.445/2017), embora represente avanço em relação ao paradigma de segurança nacional que orientava a legislação anterior,

ainda carece de perspectiva de gênero capaz de reconhecer as especificidades das mulheres migrantes como sujeitos de direitos. As situações vividas pela Migrante A e pela Migrante B a insegurança no espaço urbano, o limbo jurídico, a separação familiar apontam para lacunas concretas que uma política migratória com perspectiva interseccional precisaria enfrentar. Reconhecer essas lacunas a partir dos próprios relatos das migrantes é, em si, um ato político comprometido com a justiça epistêmica e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo *O Caminho das Rosas: Migração como Estratégia de Sobrevivência e Empoderamento Feminino no Brasil* partiu da compreensão de que a migração feminina constitui um fenômeno social complexo, atravessado por desigualdades estruturais, mas também por práticas de resistência, reorganização da vida cotidiana e construção de novas formas de pertencimento social. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que as experiências migratórias femininas não podem ser analisadas apenas sob a ótica econômica ou territorial, uma vez que envolvem dimensões políticas, sociais, culturais e subjetivas profundamente marcadas pelas relações de gênero, raça, classe e nacionalidade.

A partir das contribuições teóricas de autoras como Joan Scott, Kimberlé Crenshaw, Silvia Federici, Helena Hirata e bell hooks, foi possível construir uma abordagem crítica e interseccional acerca das migrações femininas contemporâneas. Essas perspectivas permitiram compreender que mulheres migrantes frequentemente enfrentam múltiplas formas de vulnerabilidade, incluindo precarização laboral, violência institucional, invisibilidade jurídica, racismo, xenofobia e desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidenciou que essas mulheres não ocupam posição passiva nos fluxos migratórios, mas desenvolvem estratégias de resistência, solidariedade e autonomia capazes de ressignificar suas trajetórias de vida.

Os dados analisados também demonstraram o crescimento expressivo da participação feminina nos fluxos migratórios direcionados ao Brasil nas últimas décadas, evidenciando o processo de feminização das migrações. Conforme informações do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2022), as mulheres representam parcela cada vez mais significativa da população migrante residente no país, o que reforça a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero nas análises acadêmicas e na formulação de políticas públicas voltadas à mobilidade humana.

Além disso, os relatos analisados ao longo da pesquisa revelaram que a experiência migratória feminina é marcada simultaneamente por vulnerabilidade e agência. As dificuldades relacionadas ao idioma, à inserção laboral precarizada, à violência de gênero, à separação familiar e à discriminação coexistem com práticas de cuidado, redes de apoio coletivo e processos de reconstrução

da autonomia. Nesse sentido, a migração pode representar tanto estratégia de sobrevivência diante de contextos de exclusão quanto possibilidade concreta de reinvenção da vida social e econômica.

A pesquisa também permitiu identificar os limites das políticas migratórias e dos mecanismos institucionais de acolhimento existentes no Brasil, que ainda apresentam insuficiências no atendimento às demandas específicas das mulheres migrantes e refugiadas. Dessa forma, torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas interseccionais que garantam acesso à documentação, moradia, saúde, trabalho digno, proteção contra violências e reconhecimento das mulheres migrantes como sujeitos de direitos e agentes políticos.

Por fim, este trabalho buscou contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico sobre migração feminina no Brasil, destacando a importância de uma produção de conhecimento comprometida com a justiça social e sensível às experiências concretas das mulheres em movimento. A metáfora da “estrada de rosas”, que dá nome ao artigo, representa justamente essa ambivalência: os espinhos simbolizam as violências, desigualdades e obstáculos enfrentados ao longo das trajetórias migratórias, enquanto as flores expressam as possibilidades de resistência, reconstrução e transformação social produzidas pelas mulheres migrantes em seus caminhos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres de diferentes continentes relatam realidade da imigração**. Brasília, 12 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/mulheres-de-diferentes-continentes-relatam-realidade-da-imigracao>. Acesso em: 24 maio 2025.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. Women and migration: Incorporating gender into international migration theory. **Migration Information Source**, 2003.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.; DE HAAS, Hein. **The age of migration: International population movements in the modern world**. 5 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUTRA, Delcinei. Gênero e migração: um estudo das experiências das mulheres bolivianas em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 177-199, jan./abr. 2013.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Orgs.). **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Henry Holt, 2003.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2017.

HIRATA, Helena. Gênero e trabalho: a necessária articulação teórico-metodológica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 143-152, 2002.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

JOLLY, Susie; REEVES, Hazel. **Gender and migration: overview report**. Brighton: BRIDGE, Institute of Development Studies, 2005.

KOFMAN, Eleonore. Gendered migrations, social reproduction and the household in Europe. **Social Politics**, v. 11, n. 2, p. 242-257, 2004.

LEÃO, Maria das Dores. Migração, gênero e direitos humanos: desafios da nova lei de migração brasileira. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 282-304, 2020.

LOPEZ-EKRA, Silvia et al. The impact of remittances on gender roles and opportunities for children in recipient families: Research from the International Organization for Migration. **Gender & Development**, v. 19, n. 1, p. 69-80, 2011.

MARINUCCI, Giulia. **Gênero, migração e refúgio: experiências de mulheres refugiadas no Brasil**. São Paulo: Cáritas, 2017.

MARINUCCI, Giulia. **Mulheres migrantes e refugiadas no Brasil: entre vulnerabilidade e resistência**. São Paulo: Missão Paz, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C. S. **Androcentrismo**. In: FLEURY-TEIXEIRA, E.; MENEGHEL, SN. (orgs.). **Dicionário feminino da infância: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015, pp. 35-36. ISBN: 978-85-7541-551-1. <https://doi.org/10.7476/9788575415511.0011>.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. Durham: Duke University Press, 2003.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). **Relatório Anual 2022**. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMIGRA). **Informativo mensal**. Brasília: Universidade de Brasília, jan. 2023.

OLIVEIRA, Thais França; CAVALCANTI, Leonardo. Migrações, gênero e trabalho: experiências de mulheres migrantes no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 1, p. 15-37, jan./jun. 2015.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Servants of globalization: women, migration and domestic work**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. **Migrações internacionais: velhas questões, novos desafios**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

PEDRAZA, Silvia. Women and migration: The social consequences of gender. **Annual Review of Sociology**, v. 17, p. 303-325, 1991.

PESSAR, Patricia. Women, gender, and international migration across and beyond the Americas: Inequalities and limited empowerment. **Expert Group Meeting on International Migration and Development in Latin America and the Caribbean**, UN/POP/EGM-MIG/2005/05, 2005.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2000.

SASSEN, Saskia. **A mobilidade do trabalho e do capital: uma perspectiva transnacional**. São Paulo: UNESP, 2006.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). **Trends in International Migrant Stock: The 2020 Revision**. New York: United Nations, 2020.

Notas

1 O androcentrismo refere-se à perspectiva social e cultural que toma o homem e as experiências masculinas como padrão universal de humanidade, contribuindo para a invisibilização das experiências femininas e de outros grupos marginalizados nas estruturas sociais, políticas e científicas (MINAYO, 2013).